

Otávio Joaquim
Rodrigues Filho

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E PROCESSO

2ª Edição

revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Aline Pavanelli, Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiários: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rodrigues Filho, Otávio Joaquim
Desconsideração da personalidade jurídica e processo / Otávio Joaquim Rodrigues Filho. -- 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.
Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0310-7
1. Desconsideração da personalidade jurídica - Brasil I. Título.
23-143714 CDU-347.7

Índices para catálogo sistemático: 1. Desconsideração da personalidade jurídica : Direito comercial : Direito civil 347.7

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO.....	9
1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1. O tema a ser desenvolvido e suas limitações.....	19
1.2. Justificativa de escolha do tema e sua importância.....	20
PARTE I	
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	
2. A CONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	25
2.1. Breve histórico sobre a evolução das pessoas jurídicas e a responsabilização de seus membros.....	25
2.2. As teorias sobre a pessoa jurídica.....	30
2.3. Noção e requisitos da pessoa jurídica.....	35
3. A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	41
3.1. Os primeiros casos nos tribunais.....	41
3.2. A concepção inicial da teoria na doutrina estrangeira.....	46
3.2.1. A sistematização das hipóteses de aplicação da teoria por Rolf Serick.....	50
3.2.2. A comparação dos sistemas da <i>common law</i> e da <i>civil law</i> pela doutrina de Piero Verrucoli.....	54
3.3. A doutrina nacional.....	58
3.3.1. A introdução da teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Brasil por Rubens Requião.....	58
3.3.2. A contribuição de José Lamartine Corrêa de Oliveira.....	59
3.3.3. O desenvolvimento atual da doutrina nacional sobre o tema.....	60
3.4. Fundamentos fáticos da desconsideração da personalidade jurídica.....	66
3.4.1. A confusão de esferas.....	66
3.4.2. A subcapitalização.....	70
3.4.3. A simples inadimplência a certas espécies de obrigações.....	75

3.4.4.	Fundamentos fáticos da desconsideração da personalidade jurídica para fins diversos da responsabilização.....	78
3.5.	Os fundamentos jurídicos da desconsideração da personalidade jurídica	81
3.5.1.	Fundamentos jurídicos: o abuso de direito.....	83
3.5.2.	Fundamentos jurídicos: a fraude	85
4.	OS LIMITES DE APLICAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	87
4.1.	Os limites subjetivos de aplicação da desconsideração da personalidade jurídica ...	87
4.1.1.	A responsabilização do Poder Público e a desconsideração da personalidade jurídica.....	87
4.1.2.	A responsabilização dos gestores das pessoas jurídicas de direito público e de empresas estatais e a desconsideração da personalidade jurídica	90
4.1.3.	A responsabilidade das pessoas jurídicas de capital privado e a desconsideração da personalidade jurídica.....	93
4.1.3.1.	A responsabilidade dos sócios das pessoas jurídicas de capital privado e a desconsideração da personalidade jurídica	94
4.1.3.2.	A responsabilidade dos sócios ocultos e de terceiros e a desconsideração da personalidade jurídica.....	95
4.1.3.3.	A responsabilidade dos administradores das pessoas jurídicas de capital privado e a desconsideração da personalidade jurídica...	96
4.2.	Limites objetivos de aplicação da teoria: a desconsideração da personalidade jurídica e outros institutos	98
4.2.1.	A desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade civil...	98
4.2.2.	A desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade tributária	102
4.2.2.1.	A desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade tributária de terceiros.....	105
4.2.2.2.	A dissolução irregular da sociedade como causa para a desconsideração da personalidade jurídica no Direito Tributário	106
4.2.3.	A desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade societária	110
4.2.4.	A desconsideração da personalidade jurídica e a fraude à execução	114
4.2.5.	A desconsideração da personalidade jurídica e a nulidade absoluta do negócio jurídico	116
4.2.6.	A desconsideração da personalidade jurídica e a simulação	118
4.2.7.	A desconsideração da personalidade jurídica e a fraude contra credores...	119

4.2.8.	A desconsideração da personalidade jurídica e a extensão da falência.....	122
4.2.8.1.	A desconsideração da personalidade jurídica e a extensão da falência conforme as disposições do artigo 82-A da Lei 11.101/05	126
4.2.9.	A responsabilidade de administradores e controladores de sociedades sujeitas a intervenção e liquidação extrajudicial e a desconsideração da personalidade jurídica.....	129
4.3.	A diversidade de institutos previstos no art. 28 do Código de Defesa do Consumidor/CDC	134
5.	A PRESCRIÇÃO E A DECADÊNCIA PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	141
5.1.	A prescrição e a decadência: distinção	141
5.2.	A prescrição e a decadência na desconsideração da personalidade jurídica.....	143
5.3.	Termos iniciais dos prazos de prescrição	145
5.4.	A imprescritibilidade e os prazos extintivos para a desconsideração da personalidade jurídica	147
6.	CONCLUSÕES DA PARTE I.....	153

PARTE II

O PROCESSO PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

7.	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	161
7.1.	Responsabilidade patrimonial.....	161
7.2.	Responsabilidade patrimonial primária e secundária	164
7.3.	Desconsideração da personalidade jurídica: responsabilidade secundária	166
7.4.	Desconsideração da personalidade jurídica: responsabilidade subsidiária	169
8.	OS MEIOS PROCESSUAIS PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	173
8.1.	A desconsideração da personalidade jurídica no processo civil brasileiro anterior ao CPC de 2015	173
8.2.	A desconsideração da personalidade jurídica realizada de forma incidental, segundo o Código de Processo Civil de 2015.....	178
8.2.1.	Processos sobre os quais pode incidir o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, segundo o Código de Processo Civil de 2015	179
8.2.2.	Aplicação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica a qualquer procedimento.....	183

8.2.2.1.	Aplicação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica inclusive na seara trabalhista.....	185
8.2.2.2.	Aplicação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica com fundamento na Teoria Menor para direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	188
8.2.3.	A via incidental para a desconsideração da personalidade jurídica com o fim de responsabilização patrimonial.....	189
8.2.4.	A desconsideração da personalidade do grupo de empresas na recuperação judicial: a consolidação substancial	193
8.3.	Desconsideração da personalidade jurídica realizada por meio de processo autônomo.....	195
8.3.1.	A desconsideração da personalidade jurídica e a ação que objetiva a responsabilização prevista no art. 82 da Lei Falimentar	196
8.3.1.1.	A responsabilização prevista no art. 82 da Lei Falimentar como tutela de direitos individuais homogêneos	199
8.3.2.	A desconsideração da personalidade jurídica por meio de processo autônomo e a apuração de responsabilidade dos administradores de sociedades sujeitas a intervenção e liquidação extrajudicial	203
8.3.2.1.	A responsabilização dos administradores de sociedades sujeitas a intervenção e liquidação extrajudicial como tutela coletiva de direitos.....	204
8.3.3.	Desconsideração da personalidade jurídica por processo autônomo em outras situações.....	207
8.4.	A desconsideração da personalidade jurídica por via administrativa.....	208
8.4.1.	A desconsideração da Personalidade com fundamento na denominada Lei Anticorrupção: a sanção incidente sobre os direitos de licitar e contratar com a Administração Pública.....	209
8.4.2.	A desconsideração da Personalidade em via administrativa com fundamento na denominada Lei Antitruste.....	212
8.4.3.	A responsabilização de terceiro determinada pela Fazenda Pública em via administrativa	215
9.	A AÇÃO E A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	217
9.1.	As condições da ação na desconsideração da personalidade jurídica.....	217
9.1.1.	Interesse de agir	218
9.1.1.1.	Interesse de agir para a desconsideração da personalidade jurídica de empresa em recuperação judicial	222
9.1.2.	Legitimidade	224

9.1.2.1. Legitimidade ativa para o pedido de desconsideração da personalidade jurídica nos processos coletivos	227
9.1.2.2. A legitimidade ativa para o pedido de desconsideração da personalidade jurídica na falência	231
9.1.2.3. A legitimidade do Ministério Público para o pedido de desconsideração da personalidade jurídica	233
9.1.2.4. A legitimidade do Ministério Público para o pedido de desconsideração da personalidade jurídica na falência	236
9.1.2.5. A legitimidade do Ministério Público para a demanda de responsabilização de controladores e administradores das sociedades sujeitas aos regimes de liquidação extrajudicial	237
9.1.2.6. Legitimidade passiva.....	238
9.1.3. A possibilidade jurídica agora integrando o mérito da desconsideração da personalidade.....	241
9.2. Elementos de identificação da demanda de desconsideração da personalidade jurídica.....	245
9.2.1. Partes na desconsideração da personalidade jurídica.....	247
9.2.2. Causa de pedir para a desconsideração da personalidade jurídica	251
9.2.3. O pedido na demanda desconsideradora da personalidade jurídica	253
9.2.3.1. Pedido certo ou determinável.....	254
9.2.3.2. Pedido cumulado.....	256
9.2.3.3. Inexistência de pedido: desconsideração da personalidade jurídica <i>ex officio</i>	258
9.3. A estabilização da demanda e a desconsideração da personalidade jurídica	260
10. O PROCESSO E O INCIDENTE PROCESSUAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	263
10.1. O procedimento para a desconsideração da personalidade jurídica.....	263
10.1.1. O procedimento incidental no Código de Processo Civil de 2015.....	264
10.1.2. A ausência de procedimento próprio quando a desconsideração for pleiteada com a inicial, conforme as disposições do Código de Processo Civil de 2015: possibilidade de violação à garantia constitucional.....	268
10.1.3. O procedimento anterior ao processo coletivo destinado à apuração de responsabilidades dos administradores e controladores de sociedades sujeitas a intervenção e liquidação extrajudicial	271
10.2. Competência.....	274

10.2.1.	Relação entre demandas e a influência sobre a competência para a desconsideração da personalidade jurídica.....	276
10.2.2.	Competência para a apreciação da pretensão de desconsideração da personalidade jurídica de sociedade falida	281
10.2.3.	Competência: desconsideração da personalidade jurídica e arbitragem...	282
10.3.	O litisconsórcio	288
10.3.1.	O litisconsórcio e a desconsideração da personalidade jurídica	290
10.3.2.	Litisconsórcio facultativo e necessário	291
10.3.2.1.	Litisconsórcio facultativo: alternativo, eventual e sucessivo	294
10.3.3.	Litisconsórcio comum e unitário	298
10.3.4.	Intervenção litisconsorcial voluntária	300
10.4.	A desconsideração da personalidade jurídica e a intervenção de terceiros	301
10.4.1.	A oposição e a desconsideração da personalidade jurídica	302
10.4.2.	A denunciação da lide e a desconsideração da personalidade jurídica...	304
10.4.3.	O chamamento ao processo e a desconsideração da personalidade jurídica	305
10.4.4.	A indicação da autoria na desconsideração da personalidade jurídica...	306
10.4.5.	A assistência e a desconsideração da personalidade jurídica	307
10.5.	As defesas na desconsideração da personalidade jurídica	309
10.5.1.	Meios de defesa na execução quando houver desconsideração da personalidade jurídica	312
10.5.2.	Meios de defesa daquele atingido pela desconsideração da personalidade jurídica na execução quando não observado o anterior contraditório...	313
10.5.3.	A amplitude de defesa daquele atingido pela desconsideração da personalidade jurídica na execução.....	315
10.6.	Recursos cabíveis sobre a decisão do pedido de desconsideração da personalidade jurídica.....	316
10.6.1.	A extensão dos efeitos do recurso interposto sobre a decisão da ação principal quanto à pretensão de desconsideração da personalidade jurídica	319
10.7.	A impugnação da decisão quanto à desconsideração da personalidade jurídica por ação rescisória.....	320
10.8.	Verbas de sucumbência na desconsideração da personalidade jurídica	322
10.8.1.	O custo do processo para as partes	322
10.8.2.	A sucumbência na desconsideração da personalidade jurídica	324

10.8.3. A sucumbência na desconsideração da personalidade pleiteada incidentalmente aos processos coletivos	328
10.8.4. A sucumbência na desconsideração da personalidade pleiteada incidentalmente à falência	331
10.9. A coisa julgada e a desconsideração da personalidade jurídica	333
10.9.1. O alcance da coisa julgada da decisão condenatória e a desconsideração da personalidade jurídica	335
10.9.2. A força executiva do título judicial e a coisa julgada	336
10.9.3. Coisa julgada e eficácia preclusiva: a situação do assistente	340
10.9.4. O alcance da coisa julgada das decisões coletivas e a desconsideração da personalidade jurídica	341
10.10. O reconhecimento da fraude à execução cometida pelo réu do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	344
11. TUTELAS PROVISÓRIAS NA DEMANDA DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	347
11.1. O processo e o tempo: as tutelas de urgência e de evidência	347
11.2. A antecipação da tutela	349
11.2.1. A antecipação da tutela condenatória e a desconsideração da personalidade jurídica	350
11.2.2. A antecipação dos efeitos das tutelas declaratória e constitutiva e a desconsideração da personalidade jurídica	352
11.3. A tutela cautelar e a desconsideração da personalidade jurídica	353
11.3.1. O arresto cautelar antecedente ou na pendência de pedido de desconsideração da personalidade jurídica	355
11.3.2. A indisponibilidade dos bens particulares dos sócios e administradores da sociedade	357
11.3.3. A indisponibilidade dos bens dos administradores e controladores de sociedades sujeitas a intervenção e liquidação extrajudicial	359
11.3.4. A produção antecipada de provas e a desconsideração da personalidade jurídica	360
12. CONCLUSÃO DA PARTE II	363
BIBLIOGRAFIA	367